



**NORMAS DE CLASSIFICAÇÃO E ATUAÇÃO DE FUTSAL  
ÉPOCA 2018/19**



Para conhecimento dos Sócios Ordinários, Clubes, Sociedades Desportivas e demais interessados, vem a Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem da FPF, divulgar as normas de classificação e atuação dos árbitros de futsal das categorias C1, C2Elite, C2 e C3 Avançado, para a época 2018-2019.

Pel'A Direção da FPF



# CONSELHO DE **ARBITRAGEM**

Época 2018/2019

---

## **Normas de Classificação e Atuação**

### **FUTSAL**

- Categorias C1, C2 Elite, C2 e C3 Avançado –

---

Agosto 2018

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

## INDICE

Conteúdo	
INDICE .....	2
INTRODUÇÃO.....	3
1.Componentes da Classificação Final.....	4
1.1. Definição das Componentes.....	4
1.2. Avaliação de Desempenho em Competição .....	4
1.3. Grau de Dificuldade Competitiva .....	5
1.4. Testes Escritos .....	5
1.5. Testes Físicos .....	5
1.6. Bonificações.....	8
1.7. Penalizações .....	9
1.8. Determinação da Pontuação Final.....	10
2.Regras Para as Observações .....	10
2.1. Jogos .....	10
2.2. Observações .....	10
2.3. Número de Observações .....	10
2.4. Procedimentos.....	11
3.Pronúncias / Reclamações.....	11
3.1. Relatório de avaliação .....	11
3.2. Testes Escritos e/ou Provas Físicas e avaliação corporal .....	12
4.Provas Falhadas .....	12
4.1. Suspensão de Atividade .....	12
4.2. Repetição e/ou Segunda Chamada .....	12
4.3. Resultados a Considerar.....	12
4.4. Impossibilidade de Repetição.....	12
5.Testes / Provas Não Realizadas ou Não Concluídas .....	13
5.1. Suspensão da Atividade.....	13
5.2. Não Realização ou Não Conclusão.....	13
5.3. Impedimento .....	13
5.4. Retoma de Atividade .....	13
5.5. Realização de Provas em Segunda Chamada ou Repetição .....	13
6.Elaboração da Classificação final .....	13
6.1. Árbitro Sem Classificação .....	13
6.2. Falta Injustificada.....	14
6.3. Utilização de Meios Ilícitos .....	14
6.4. Igualdade Pontual.....	14
7.Generalidades.....	14
7.1. Validação do Relatório.....	14
7.2. Denúncia de Arbitragem incorreta.....	14
7.3. Situações Excepcionais .....	15
7.4. Casos Omissos .....	15

## **INTRODUÇÃO**

Um bom modelo de avaliação de desempenho contribui decisivamente para o sucesso das organizações, independentemente do seu tipo ou dimensão. No desporto em particular, a avaliação de desempenho tem um papel nuclear na evidência da meritocracia, fator central no processo de avaliação de árbitros e árbitros assistentes, independentemente da sua função ou modalidade.

O atual modelo mantém como princípios basilares e fundamentais, a ética, transparência e justiça que norteiam a ação do atual Conselho de Arbitragem.

### **A secção de classificações**

## 1. COMPONENTES DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

### 1.1. DEFINIÇÃO DAS COMPONENTES

O apuramento da classificação final dos árbitros é determinado por:

- a. Avaliação de desempenho no exercício de funções em competição (incluindo grau de dificuldade, se aplicável);
- b. Classificações obtidas nos testes escritos e físicos de acordo com as presentes normas;
- c. Bonificações resultante da(s) atividades na(s) plataforma(s) digital(ais) e da avaliação da composição corporal;
- d. Penalizações em resultado da aplicação de sanções disciplinares e de pedidos de dispensa.

### 1.2. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM COMPETIÇÃO

A pontuação resultante da avaliação de desempenho no exercício de funções em competição ( $AD$ ) é obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$AD = \sum_{i=1}^n (RO_i * GDC_i) / \sum_{i=1}^n GDC_i$$

em que:

- $RO_i$ : é a pontuação atribuída no jogo  $i$   
 $GDC_i$ : é o grau de dificuldade competitiva do jogo  $i$   
 $n$ : é o número de observações

O cálculo de  $RO_i$  é efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RO_i = PO_i * CO_i$$

em que:

- $PO_i$ : é a pontuação atribuída no jogo  $i$  pelo observador ou pela Secção de Classificações caso tenha alterado a pontuação atribuída pelo observador;  
 $CO_i$ : é o coeficiente do Observador do jogo  $i$

O coeficiente do Observador ( $CO$ ) é calculado autonomamente para cada categoria pela seguinte fórmula:

$$CO_i = MG / MO_i$$

em que:

- $MG$ : é a média aritmética geral das pontuações atribuídas por todos os observadores na categoria  
 $MO_i$ : é a média aritmética das pontuações atribuídas pelo observador  $i$  na categoria se tiver realizado um mínimo de 5 (cinco) avaliações na categoria.

$CO_i$  tem o valor 1 (um) nas seguintes situações:

- a. Caso o número de avaliações realizadas na categoria, pelo observador, seja inferior a 5 (cinco);
- b. Nas categorias C1 e C2 Elite.

Em caso de alteração da notação inicialmente atribuída pelo observador à avaliação de desempenho do árbitro, releva para o apuramento do  $CO$  do observador a notação final atribuída ao árbitro.

### 1.3. GRAU DE DIFICULDADE COMPETITIVA

Aos jogos é atribuído um grau de dificuldade competitiva (*GDC*), de acordo com o quadro seguinte:

Todas as categorias	Grau	Critério(s) de atribuição (por observação)
Todos os jogos em que ambas as equipas integrem o Campeonato Nacional da 1ª Divisão	0.3	Todas as observações
Todos os jogos em que ambas as equipas integrem o Campeonato Nacional da 2ª Divisão	0.2	Todas as observações
Restantes jogos	0.1	Todas as observações

Quadro I

### 1.4. TESTES ESCRITOS

O teste escrito é constituído por 20 perguntas de escolha múltipla, com quatro possibilidades de resposta para cada pergunta, sobre Leis do Jogo e Regulamentos, pontuadas numa escala de 0 a 10 pontos. Serão realizadas três provas para os árbitros de categoria C1 e C2 Elite e duas provas para os árbitros de categoria C2 e C3 Avançado, ao longo da época em momentos distintos.

Para os árbitros de categoria C2 Elite e C3 Avançado, será considerado, para efeitos classificativos, o resultado do teste escrito sobre Leis de Jogo e Regulamentos realizado na fase teórico-prática do respetivo curso, substituindo o primeiro teste escrito regulamentar.

A resposta a cada pergunta é pontuada de acordo com a seguinte escala:

Resposta correta: 0,5 pontos / Resposta incorreta: -0,2 pontos / Sem resposta: 0 pontos

A pontuação final dos testes escritos (*TE*) é obtida através da média das classificações obtidas nos testes realizados. através da seguinte fórmula:

$$TE = [\sum_{i=1}^n (TE_i * FB_i)] / n$$

em que:

$TE_i$ : é a nota obtida no teste  $i$

$FB_i$ : é um fator de bonificação obtido de acordo com a seguinte escala:

$FB_i = 1,15$  se nota obtida na prova  $i \geq 9$  pontos

$FB_i = 1,05$  se nota obtida na prova  $i \geq 8$  pontos e  $< 9$  pontos

$FB_i = 1,00$  se nota obtida na prova  $i \geq 5$  pontos e  $< 8$  pontos

$FB_i = 0,70$  se nota obtida na prova  $i < 5$  pontos

$n$ : é o número testes escritos realizadas pelo árbitro

Se um árbitro não obtiver um mínimo de 5 pontos numa prova considera-se que falhou a prova escrita para efeitos de manutenção em atuação. Se um árbitro não realizar um teste escrito é-lhe atribuída a nota 0 (zero).

### 1.5. TESTES FÍSICOS

O teste físico consiste num conjunto de três provas e é realizado três vezes para os árbitros de categoria C1 e C2 Elite e duas vezes para os árbitros de categoria C2 e C3 Avançado em momentos distintos da época.

Para os árbitros de categoria C2 Elite e C3 Avançado, será considerada para efeitos classificativos a classificação obtida nas provas físicas realizadas na fase teórico-prática do respetivo curso, substituindo o primeiro teste físico regulamentar.

### 1.5.1. PROVA DE RESISTÊNCIA - YO-YO INTERMITTENT RECOVERY TEST - NÍVEL 1

Consiste em correr sucessivos percursos de 40 (quarenta) metros (20 mt + 20 mt) intercalados com pausas de 10 (dez) segundos de recuperação. A corrida está organizada em patamares de velocidade crescente que se encontram descritos em anexo às presentes normas.

Os níveis mínimos a atingir são:

Categoria	Nível
C1 e C2 Elite	16.1
C2 e C3 Avançado	15.5

Quadro II

Será atribuída uma pontuação (*PR*) na prova de acordo com as tabelas seguintes (em que *nv* representa o nível).

**Categorias C1 e C2 Elite:**

Nível	Pontuação
$nv \geq 18.1$	10
$17.1 \leq nv \leq 17.8$	8
$16.1 \leq nv \leq 16.8$	6
$nv \leq 15.8$	3

Quadro III

**Categorias C2 e C3 Avançado:**

Nível	Pontuação
$nv \geq 17.5$	10
$16.5 \leq nv \leq 17.4$	8
$15.5 \leq nv \leq 16.4$	6
$nv < 15.5$	3

Quadro IV

Se um árbitro não cumprir o nível mínimo a atingir, considera-se para todos os efeitos que falhou o teste físico.

### 1.5.2. PROVA DE VELOCIDADE

Consiste num percurso de 4 x 10 (quatro vezes dez) metros, executado duas vezes, que deve ser percorrido no tempo máximo de:

Categoria	Nível
C1 e C2 Elite	10,0"
C2 e C3 Avançado	11,0"

Quadro V

Será atribuída uma pontuação para cada execução de acordo com as tabelas seguintes (em que *t* representa o tempo).

**Categoria C1 e C2 Elite:**

Nível	Pontuação
$t \leq 9,0''$	10
$9,0'' < t \leq 9,5''$	8
$9,5'' < t \leq 10,0''$	6
$t > 10,0''$	3

**Quadro VI**

**Categoria C2 e C3 Avançado:**

Nível	Pontuação
$t \leq 9,5''$	10
$9,5'' < t \leq 10,0''$	8
$10,0'' < t \leq 11,0''$	6
$t > 11,0''$	3

**Quadro VII**

A pontuação na prova (PV) é obtida através da média das pontuações das execuções.

Se um árbitro não cumprir o nível mínimo a atingir, considera-se para todos os efeitos que falhou o teste físico.

### 1.5.3. PROVA DE AGILIDADE

Consiste num percurso de corrida, com diversos tipos de movimentação, executado duas vezes, que deve ser percorrido no tempo máximo de:

Categoria	Nível
C1 e C3 Avançado	20,0''
C2 e C3 Avançado	21,0''

**Quadro VIII**

Será atribuída uma pontuação para cada execução de acordo com as tabelas seguintes (em que  $t$  representa o tempo).

**Categoria C1 e C2 Elite:**

Categoria	Nível
$t \leq 17,5''$	10
$17,5'' < t \leq 18,5''$	8
$18,5'' < t \leq 20,0''$	6
$t > 20,0''$	3

**Quadro IX**

**Categoria C2 e C3 Avançado:**

Categoria	Nível
$t \leq 18,0''$	10
$18,0'' < t \leq 19,0''$	8
$19,0'' < t \leq 21,0''$	6
$t > 21,0''$	3

**Quadro X**



A pontuação na prova (PA) é obtida através da média das pontuações das execuções.

#### 1.5.4. REPETIÇÃO

- Se um árbitro, nas provas de velocidade ou de agilidade cair, tropeçar ou a realizar de forma inválida durante um percurso, poderá repeti-lo uma única vez em cada prova, sendo-lhe atribuída a pontuação obtida no percurso de repetição;
- No final das provas de velocidade e de agilidade se algum árbitro tiver ultrapassado o tempo máximo num percurso, e apenas num, de uma das provas, e apenas numa, poderá repetir o percurso em causa no final de todas as provas, sendo-lhe atribuída a pontuação obtida no percurso de repetição.

#### 1.5.5. PROVA FALHADA

Considera-se que um árbitro falhou uma prova, com as exceções previstas em 1.5.4 se:

- Na prova de resistência não cumprir o nível mínimo a atingir;
- Nas provas de velocidade e de agilidade ultrapassar o tempo máximo num ou em ambos os percursos.

#### 1.5.6. PONTUAÇÃO

A pontuação final dos testes físicos (TF) é obtida através da seguinte fórmula:

$$TF = (\sum_{i=1}^n PF_i)/n$$

em que:

$n$ : é o número de testes físicos realizados pelo árbitro

$PF_i$ : é obtida através da seguinte fórmula:

Se não existir nenhuma falha nas provas:  $PF_i = (PV_i + PR_i + PA_i)/3$ ;

Se existir uma ou mais falhas nas provas:  $PF_i = 3$

#### 1.6. BONIFICAÇÕES

Aquando dos testes físicos será feita a avaliação da aptidão física e imagem corporal dos árbitros.

A avaliação é efetuada com base na medição das seguintes pregas adiposas: *bicipital*, *tricipal*, *sub-escapular* e *supra-ilíaca*.

A bonificação (BCC) a atribuir é a seguinte:

Homens	
$\%G < 14\%$	0,20
$14\% \leq \%G < 15\%$	0,15
$15\% \leq \%G < 17\%$	0,10
$17\% \leq \%G < 20\%$	0,05
$\%G \geq 20\%$	0,00

Quadro XI

Mulheres	
$\%G < 21\%$	0,20
$21\% \leq \%G < 22\%$	0,15
$22\% \leq \%G < 24\%$	0,10
$24\% \leq \%G < 27\%$	0,05
$\%G \geq 27\%$	0,00

Quadro XII

Para os árbitros de categoria C2 Elite e C3 Avançado, será considerada para efeitos classificativos o valor % de gordura obtido na avaliação da aptidão física e imagem corporal realizada na fase teórico-prática do respetivo curso, com as bonificações das tabelas das presentes normas, substituindo a primeira avaliação regulamentar.

Serão também atribuídas bonificações (*BT*) através da determinação (a efetuar no momento de apuramento da classificação final) do número de trabalhos (com ou sem classificação) realizados através das plataformas digitais da FPF (*T*), nos seguintes termos (em que *n* é o número total de trabalhos propostos aos árbitros):

Nº trabalhos	BT
$T \geq 90\% n$	0,20
$75\% n \leq T < 90\% n$	0,10
$T < 75\% n$	0,00

**Quadro XIII**

Os trabalhos serão iguais para todos os árbitros duma mesma categoria, podendo, no entanto, ser diferenciados em função das categorias.

O cálculo final da bonificação a atribuir (*BN*) é efetuado através da seguinte fórmula, em que *BCC<sub>i</sub>* corresponde à bonificação obtida na avaliação da composição corporal *i* e *n* ao número de avaliações:

$$BN = (\sum_{i=1}^n BCC_i) / n + BT$$

### 1.7. PENALIZAÇÕES

Na eventualidade de vir a ser aplicada uma sanção disciplinar a um árbitro, pelos órgãos disciplinares da FPF, esta será punida com uma penalização (*PN<sub>1</sub>*) atribuída nos seguintes termos:

- A sanção disciplinar que vier a ser aplicada a cada árbitro ou árbitro assistente até à divulgação da lista de classificação final acarretará uma penalização de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos por cada jogo de suspensão com que tiver sido punido pelo órgão disciplinar da FPF;
- Caso a suspensão seja aplicada sob a forma de dias consecutivos, a sua conversão, para efeitos de enquadramento neste regulamento, faz-se considerando as jornadas da competição mais elevada e ainda eliminatórias da Taça de Portugal que aconteçam durante o período em que vigorar essa punição e para as quais o árbitro possa regulamentarmente ser nomeado. Para esse efeito considera-se que uma jornada decorre ao sábado e domingo, sendo neste caso a penalização de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos por cada jornada em que se mantiver a suspensão;

Será atribuída uma penalização de 0,03 (zero vírgula zero três) pontos por cada dispensa além de quatro, requerida pelos árbitros durante a totalidade da época (*PN<sub>2</sub>*).

Igualmente, será atribuída uma penalização de 0,03 (zero vírgula zero três) pontos (*PN<sub>3</sub>*) por cada pedido de dispensa que não respeite a antecedência prevista no respetivo regulamento.

As dispensas podem ser consideradas justificadas pela secção não profissional, não sendo assim contabilizadas para efeitos de penalização, quando resultem de doença devidamente comprovada ou de motivo não imputável ao árbitro que não pudesse ser antecipadamente previsto e desde que devidamente comprovado.

Não serão justificadas dispensas por motivos profissionais, sendo, no entanto, o limite alargado para oito no caso de, pelo menos, seis das dispensas terem como base estes motivos.

Para o efeito de atribuição da penalização, será considerada uma dispensa por cada dia em que se realizem jornadas de competições para as quais o árbitro possa regulamentarmente ser nomeado.

O cálculo final da penalização a atribuir (*PN*) é efetuado através da seguinte fórmula:

$$PN = PN_1 + PN_2 + PN_3$$

## **1.8. DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL**

### **1.8.1. CATEGORIAS C1 E C2**

A pontuação final (PF) é obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF = AD * 0,850 + TE * 0,065 + TF * 0,085 - PN + BN$$

em que (tal como definido nos artigos anteriores):

*AD*: avaliação de desempenho no exercício de funções em competição

*TE*: pontuação resultante dos testes escritos

*TF*: pontuação resultante dos testes físicos

*PN*: penalizações

*BN*: bonificações

### **1.8.2. CATEGORIAS C2 ELITE E C3 AVANÇADO**

A pontuação final (PFE) é obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFE = PF * 0,700 + EC * 0,300$$

em que:

*PF*: pontuação final apurada através da fórmula prevista em 1.8.1.

*EC*: pontuação obtida no Estágio Curricular (numa escala de 0 a 10)

## **2. REGRAS PARA AS OBSERVAÇÕES**

### **2.1. JOGOS**

Os árbitros poderão ser observados, com carácter classificativo, em jogos das competições nacionais de acordo com o Regulamento de Arbitragem da FPF.

### **2.2. OBSERVAÇÕES**

- a. Num jogo em que exista observação, esta será efetuada ao árbitro e ao segundo árbitro, podendo em situações excecionais ser efetuada a um árbitro, nomeadamente quando necessário para recolha de elementos classificativos;
- b. Para as categorias C1 e C2 Elite, as observações serão efetuadas em jogos televisionados ou gravados pela FPF, sendo a avaliação de desempenho efetuada por observador no recinto de jogo e por técnico especialista que avaliará através da análise do vídeo do jogo (caso exista e com qualidade considerada suficiente). Neste caso a nota a atribuir à avaliação de desempenho do árbitro, resultará da análise da Secção de Classificações a todos os documentos existentes sobre o referido jogo, compilados em relatório de avaliação que é o único que releva para efeitos de apuramento da classificação final.

### **2.3. NÚMERO DE OBSERVAÇÕES**

Para efeitos de apuramento da classificação final, os árbitros são observados com carácter classificativo, no seguinte número mínimo de jogos:

#### **CATEGORIAS C1**

- O número mínimo para efeitos de classificação final é de 9 (nove) jogos.

## C2 ELITE

- O número mínimo para efeitos de classificação final é de 6 (seis) jogos.

## CATEGORIAS C2 E C3 AVANÇADO

- O número mínimo para efeitos de classificação final é de 6 (seis) jogos, no caso de árbitros com idade que lhes permita aceder à categoria superior e 5 (cinco) nos restantes casos.

Sempre que possível, deverá procurar-se que todos os árbitros tenham o mesmo número de observações como árbitro e como 2º árbitro.

### 2.4. PROCEDIMENTOS

Na sequência da realização de uma avaliação, serão observados os seguintes procedimentos:

- a. O observador, após o final do jogo, remete para a secção de classificações, através da respetiva plataforma, o relatório de observação nos seguintes prazos:
  - i. Se a hora de fim do jogo observado ocorrer entre as 00:00 (zero horas) de sexta-feira e as 00:00 (zero horas) de segunda-feira – Até às 19:00 (dezanove horas) da terça-feira seguinte;
  - ii. Se a hora de fim do jogo observado ocorrer em período não tipificado na alínea anterior – 36 (trinta e seis) horas após o final do jogo observado.
- b. A secção de classificações remete, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o relatório técnico de avaliação ao árbitro, através da sua disponibilização na plataforma respetiva.

## 3. PRONÚNCIAS / RECLAMAÇÕES

### 3.1. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

1. Ao abrigo do artigo 90º do Regulamento de Arbitragem, o árbitro pode, no prazo de 3 (três) dias consecutivos, contados a partir do momento de disponibilização do relatório, pronunciar-se sobre o relatório de avaliação, para a secção de classificações, exclusivamente através do preenchimento do formulário existente na plataforma disponibilizada para o efeito.
2. São admissíveis pronúncias/reclamações com base nos seguintes fundamentos:
  - a. Erro no preenchimento do relatório atendendo aos critérios e limites previstos no guia em vigor;
  - b. Teor incorreto, corroborado por suporte de imagem em formato digital, com gravação integral do jogo cuja qualidade seja considerada suficiente para análise.
  - c. O suporte de imagem mencionado na alínea anterior só será aceite como meio de prova caso seja constituído por ficheiro em formato mp4/mpeg4, com *link* de acesso indicado no campo da plataforma FPF.
3. A pronúncia/reclamação só será admitida após remessa do comprovativo de pagamento da taxa aplicável.
4. Por decisão da secção de classificações pode ser solicitada opinião técnica/parecer da CAV sobre as pronúncias/reclamações.
5. A Secção de Classificações pode ainda submeter a opinião técnica/parecer da CAV qualquer relatório que entenda, em conjunto com os meios de prova de que disponha, ainda que do mesmo não tenha havido qualquer pronúncia/reclamação, notificando os agentes envolvidos, no prazo de 30 dias.
6. O prazo máximo para emitir opinião previsto no número 4 é de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da disponibilização de toda a documentação necessária

7. De posse da informação necessária, a secção de classificações toma decisão final e notifica o árbitro, preferencialmente, na segunda-feira útil imediata ou, por motivo insuperável, na seguinte.
8. A notificação incluiu a pontuação final atribuída ao árbitro e eventuais elementos de suporte à decisão da secção de classificações.
9. Para todos os efeitos a secção de classificações é considerada como última instância de recurso.
10. Os prazos previstos nas presentes normas, podem ser adaptados de acordo com a data de realização de jogo.

### **3.2. TESTES ESCRITOS E/OU PROVAS FÍSICAS E AVALIAÇÃO CORPORAL**

1. Qualquer reclamação sobre classificação da avaliação corporal, dos testes escritos e/ou dos resultados das provas físicas deverá efetuar-se no prazo máximo de 2 (dois) dias consecutivos após a receção da notificação, exclusivamente através da plataforma eletrónica, exceto se esta se encontrar, comprovadamente (por informação do departamento competente), *offline*. Serão liminarmente rejeitadas as reclamações que não cumpram o requisito especificado.
2. Considera-se que a notificação é efetuada ao agente de arbitragem no momento da difusão da nota/classificação por via eletrónica (incluindo plataforma *score*) ou através de divulgação pública.
3. Após o prazo estipulado no número 1, na ausência de reclamação(ões), ou logo após notificação dos interessados sobre eventual(ais) reclamação(ões), as listas de classificação final consideram-se, para todos os efeitos, definitivas.

## **4. PROVAS FALHADAS**

### **4.1. SUSPENSÃO DE ATIVIDADE**

O árbitro que, na prova escrita, obtenha pontuação inferior a 5 (cinco) pontos ou na prova física não as conclua nos tempos/distâncias exigidas, independentemente do motivo, é excluído do universo de árbitros disponíveis para nomeação até prestar novas provas.

### **4.2. REPETIÇÃO E/OU SEGUNDA CHAMADA**

Se nas provas de repetição e/ou 2ª chamada se voltar a verificar o não cumprimento da pontuação mínima / tempos e distância exigidos / não conclusão, o árbitro ficará impedido de atuar até à próxima ação de avaliação ou até ao final da época quando tal ocorra na última ação de avaliação da respetiva categoria, caso esta ocorra após 31 de março.

### **4.3. RESULTADOS A CONSIDERAR**

Para efeitos classificativos, serão considerados os resultados dos testes escritos / provas físicas inicialmente realizadas, sendo que o(s) resultado(s) da(s) repetição(ões) apenas será(ão) considerado(s) para efeitos de habilitação para retomar a atividade.

### **4.4. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO**

Nos casos em que não se torne possível a realização das provas de repetição, considera-se que a prova não foi realizada, aplicando-se o previsto no ponto 5.

## **5. TESTES / PROVAS NÃO REALIZADAS OU NÃO CONCLUÍDAS**

### **5.1. SUSPENSÃO DA ATIVIDADE**

1. O árbitro que, em primeira chamada, não realize ou não conclua um teste ou prova e apresente atestado médico, é excluído do universo de árbitros disponíveis para nomeação enquanto a situação se mantiver.
2. Sem prejuízo do exposto no número anterior, pode a secção de classificações exigir comprovação, a realizar pelo departamento médico da FPF, nos casos de lesão ocorrida durante a prestação de prova(s) ou no caso de apresentação de atestado médico para as não realizar.
3. O previsto no n.º 1 aplica-se ainda a outros motivos desde que seja apresentada justificação válida de entidade comprovadamente competente para o efeito antes do início da prova ou teste e a secção de classificações os considere como impedimento válido.
4. Aplicando-se o previsto no n.º 1, exceto para o caso de prova não concluída, e realizado(s) em segunda chamada ou repetido(s) o(s) teste(s) escrito(s) / prova(s) física(s), para efeitos classificativos serão considerados exclusivamente os resultados da segunda chamada ou da(s) repetição(ões).
5. Considera-se prova falhada, a iniciada e não concluída.

### **5.2. NÃO REALIZAÇÃO OU NÃO CONCLUSÃO**

Quando, por motivo de saúde ou lesão, o árbitro não realizar ou concluir os testes escritos e/ou físicos regulamentares, é considerado que falhou o teste e ser-lhe-á atribuída a nota de 3 pontos em cada teste.

### **5.3. IMPEDIMENTO**

Em caso de impedimento, nomeadamente por motivo de saúde ou lesão, considera-se que não realizou os testes escritos e/ou físicos regulamentares se esse impedimento se mantiver até ao dia anterior ao da realização do teste regulamentar seguinte ou, no caso de respeitar às últimas provas da época, até ao dia 15 de maio da referida época.

### **5.4. RETOMA DE ATIVIDADE**

O árbitro pode retomar a atividade, através da apresentação de alta médica (saúde) ou comprovativo válido de alteração de situação impeditiva (outros motivos) e após a prestação de novas provas, exceto:

- a. Se a alta médica não der entrada até às 17:30 (dezassete horas e trinta minutos) do dia útil imediatamente anterior à realização da 2ª chamada da prova da respetiva categoria. Neste caso o árbitro manterá a situação de suspensão em competição até à prestação de nova(s) prova(s) na ARA seguinte, e ser-lhe-á atribuída a classificação de 3 (três) pontos nos testes e/ou provas não realizadas;
- b. No caso da segunda chamada ser relativa à última prova da época, a suspensão de atividade em competição manter-se-á até ao final da época desportiva.

### **5.5. REALIZAÇÃO DE PROVAS EM SEGUNDA CHAMADA OU REPETIÇÃO**

A realização de provas em segunda chamada ou repetição ocorre por deliberação da secção de classificações.

## **6. ELABORAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

### **6.1. ÁRBITRO SEM CLASSIFICAÇÃO**

1. O árbitro é considerado “sem classificação”, tendo como consequência a despromoção à categoria imediatamente inferior, se:

- a. Não realizar o número de teste escritos e/ou físicos regulamentares previstas nas presentes normas;
  - b. Possuir insuficiência de elementos classificativos, recolhidos durante a época, para apuramento da classificação final;
  - c. O direito a realizar provas e/ou testes caduca oito dias antes do primeiro dia da ação de reciclagem e avaliação seguinte.
2. A menção “sem classificação” pode não ter como consequência a despromoção à categoria imediatamente inferior, por deliberação do Conselho de Arbitragem, nos casos resultantes de incapacidade para atuar/efetuar prova(s) por motivo de saúde, gravidez ou lesão, devidamente comprovada, ao serviço da arbitragem. Neste caso, pode a secção de classificações exigir comprovação a realizar pelo departamento médico da FPF ou outro em que entenda delegar.
3. O árbitro não pode constar com a menção “sem classificação” em duas épocas consecutivas ou intercaladas, desde que ocorridas nas quatro imediatamente anteriores, cabendo ao Conselho de Arbitragem a decisão de aplicabilidade da presente norma.
4. O previsto no n.º 3 não se aplica quando a menção “sem classificação” resultar de gravidez.

## **6.2. FALTA INJUSTIFICADA**

A falta injustificada ou não documentada por escrito antecipadamente a qualquer curso ou ação de formação bem como a qualquer prova de avaliação para o qual tenha sido convocado, poderá, por deliberação do Conselho de Arbitragem, dar origem a comunicação ao Conselho de Disciplina para eventual instauração de procedimento disciplinar.

## **6.3. UTILIZAÇÃO DE MEIOS ILÍCITOS**

Qualquer tentativa, concretizada ou não, de utilização de meios ilícitos em qualquer das provas classificativas mencionadas nas presentes normas, acarretará a anulação da prova em causa, e a atribuição de classificação final de 0 (zero) pontos.

## **6.4. IGUALDADE PONTUAL**

Nos casos de igualdade pontual na classificação final, utilizar-se-ão os seguintes fatores de desempate:

- 1º - Critério da idade mais baixa;
- 2º - Critério de maior antiguidade na categoria.

## **7. GENERALIDADES**

### **7.1. VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO**

- a. Para efeitos de validação, com repercussão classificativa, da nota resultante do relatório técnico de avaliação, considera-se como mínimo a avaliação da totalidade de uma parte do respetivo jogo;
- b. O previsto na alínea anterior só será aceite uma única vez por árbitro em cada época desportiva.

### **7.2. DENÚNCIA DE ARBITRAGEM INCORRETA**

As denúncias de arbitragem incorreta referidas no artigo 91º do Regulamento de Arbitragem poderão ser alvo de opinião técnica/parecer da CAV que, após aprovação pela secção de classificações, será enviado para a respetiva secção para ser remetido ao denunciante, restantes agentes da arbitragem envolvidos no jogo denunciado, não tendo o seu resultado qualquer impacto no processo classificativo.

### **7.3. SITUAÇÕES EXCECIONAIS**

Em situações excepcionais, e dependendo do modelo avaliativo da categoria, a Secção de Classificações pode, após fundamentação explícita e detalhada, alterar a proposta de pontuação atribuída pelo observador no jogo ou proceder à anulação da avaliação para efeitos classificativos.

### **7.4. CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pela secção de classificações ou pelo conselho de arbitragem, em reunião plenária, de acordo com o âmbito das suas competências.